

“Eu já fui julgado três vezes pelo povo brasileiro”: Lula e as representações discursivas de si no interrogatório do triplex

“I have been judged three times by the brazilian people”: Lula and the discursive representations of himself in the triplex’s inquiry

José Max Santana¹

Maria Eliete de Queiroz²

RESUMO

No presente artigo, objetivamos analisar as representações discursivas de si, enquanto julgado, construídas pelo ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no interrogatório do caso triplex. O ex-presidente Lula foi acusado pelo Ministério Público Federal de ser proprietário de um apartamento do tipo triplex, adquirido por meio de um suposto esquema de corrupção. Ao longo do processo, o ex-presidente teve a oportunidade de apresentar a sua defesa perante o então juiz federal Sérgio Moro, argumentando em favor da sua inocência e esclarecendo os fatos que embasavam a denúncia. Adotamos como perspectiva teórica a Linguística Textual (LT), com foco na Análise Textual dos Discursos (ATD), com ênfase na categoria semântica da Representação discursiva (Rd). Para isso, respaldamo-nos em Adam (2011), Rodrigues *et al.* (2010), Rodrigues *et al.* (2012), Queiroz (2013), entre outros. Como metodologia, empregamos o método dedutivo e a abordagem qualitativa de cunho descritivo e interpretativo, o que possibilitou descrever e interpretar os dados presentes no *corpus*, buscando compreender os sentidos construídos no co(n)texto. A Rd de julgado foi analisada por meio das categorias semânticas da referenciação, da predicação e da modificação. Em nossos resultados, foi possível constatar que, no interrogatório, o ex-presidente constrói uma Rd de si, enquanto julgado pela justiça por meio do processo penal e julgado pelo povo por meio do processo político eleitoral.

Palavras-chave: Análise Textual dos Discursos. Representação discursiva. Lula.

ABSTRACT

In this paper, we analyze the discursive representations “of himself” constructed by the former president of Brazil Luiz Inácio Lula da Silva, while judged in the interrogation of the triplex case. The former President Lula was accused by the Federal Public Prosecutor's Office of being the owner of a triplex-type flat, acquired through an alleged corruption scheme. Throughout the process, the former president had the opportunity to present his defence to the federal judge Sérgio Moro, arguing in favour of his innocence and clarifying the facts that are the basis of the accusation. We adopted as theoretical perspective the Textual Linguistics (LT), with a focus on Textual Analysis of Discourses (TDA), with emphasis on the semantic category of Discursive Representation (Rd). For this, we are supported by Adam (2011), Rodrigues *et al.* (2010), Rodrigues *et al.* (2012), Queiroz (2013), among others. As methodology, we used the deductive method and the qualitative approach of descriptive and interpretive nature, which enabled the description and the interpretation of the *corpus*' data, seeking to understand the meanings built in the co(n)text. The Rd of the prosecuted former president Lula was analysed through the semantic categories of referetiation, predication and modification. In our results, it was possible to verify that the former president constructs Rd of himself as judged by justice, through the criminal process, and judged by the people, through the electoral political process.

Keywords: Textual Analysis of Discourses. Discursive representation. Lula.

¹ Doutorando e Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pau dos Ferros/RN, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3670-3691>. E-mail: josemax848@gmail.com.

² Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pau dos Ferros/RN, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2369-6093>. E-mail: eliete_queiroz@yahoo.com.br.



1 INTRODUÇÃO

O ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, foi acusado pelo Ministério Público Federal de ser proprietário de um apartamento do tipo triplex, adquirido por meio de um suposto esquema de pagamento de propinas. O ex-presidente foi indiciado tornando-se réu no processo, respondendo judicialmente pelo envolvimento no crime apresentado na denúncia. O processo envolvendo o ex-presidente tem um longo percurso, sendo realizado em diferentes etapas, entre elas, está o interrogatório.

O interrogatório é um ato realizado pelo juiz do processo, em que se questiona o réu sobre fatos que ajudem a formular e/ou sirvam como fundamento para uma decisão. É no ato do interrogatório que o juiz busca clarear e entender os pontos que embasam a denúncia, analisa as versões dos fatos, bem como provas materiais e a coleta de informações das testemunhas. O interrogatório, portanto, é um ato previsto legalmente e pode ser realizado pelo juiz, a qualquer momento, com o intuito de solucionar o desfecho do caso, a fim de direcionar o processo para a absolvição ou para a condenação do réu.

Dessa maneira, o ex-presidente Lula foi submetido ao ato do interrogatório, a fim de esclarecer os fatos que embasavam a denúncia. Na oportunidade, o ex-presidente foi questionado, pelo então juiz federal Sérgio Moro, acerca das acusações. O réu apresentou os argumentos em favor da sua defesa, bem como expressou o seu ponto de vista sobre o julgamento.

No presente trabalho, portanto, buscamos analisar a Rd de si, enquanto julgado, construída pelo ex-presidente Lula no interrogatório. Nossa análise parte de trechos das respostas apresentadas pelo ex-presidente. Nelas, o locutor argumenta seguindo uma orientação argumentativa em torno de um ponto de vista, ou seja, o locutor se utiliza de recursos e estratégias linguísticas, a partir de uma lógica discursiva com a seleção de argumentos que possibilitam a construção da Rd.

O *corpus* da nossa pesquisa é composto por trechos das respostas do ex-presidente Lula ao longo do interrogatório, colhido na ação penal nº 5045512-94.2016.404.7000, em audiência realizada no dia 10 de maio de 2017, na sede da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba/PR, conduzida pelo então juiz federal Sérgio Moro.

A perspectiva teórica adotada advém dos estudos da LT com foco na ATD, conforme propõe Adam (2011). Respalda-mos, ainda, nas discussões apresentadas por Rodrigues *et al.* (2010), Rodrigues *et al.* (2012), Queiroz (2013), entre outros. Tomando como base os pressupostos definidos pela ATD, voltamo-nos para o nível semântico, focalizando a noção de Rd, o que nos possibilita analisar, no texto, as imagens construídas do locutor.





O que se refere aos aspectos metodológicos adotados, a pesquisa assume uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo-interpretativista, o que possibilita descrever e interpretar os dados presentes no texto, buscando compreender os sentidos construídos a partir de uma análise co(n)textual. O método utilizado é o método dedutivo como propõe Moraes (2003), uma vez que partimos dos pressupostos estabelecidos pela teoria, a partir das categorias semânticas de construção da Rd, para compreendermos os elementos linguístico-discursivos presentes no texto.

Este artigo soma-se a outros já publicados na revista *Diálogo das Letras* acerca da temática, a saber: “Povo brasileiro: representações discursivas no discurso da presidenta Dilma Rousseff” (ALMEIDA, QUEIROZ, 2016); “Representações discursivas de Dilma Rousseff: discurso de defesa do *impeachment*” (NETA, QUEIROZ, 2019). Portanto, somadas as publicações, buscamos contribuir com os estudos do texto como manifestação da linguagem em diferentes contextos de uso.

O trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: inicialmente, apresentamos uma contextualização na introdução; no aporte teórico, discorremos sobre a ATD e a noção de Rd; os pressupostos metodológicos adotados; em seguida, apresentamos as nossas análises e, por fim, a nossa conclusão.

2 ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

A Análise Textual dos Discursos constitui-se como perspectiva teórica e metodológica proposta pelo linguista francês Jean-Michel Adam. Adam (2011) busca estudar e analisar o texto em co(n)texto, procurando articular a LT e a Análise do Discurso (AD). Dessa forma, a ATD “trata-se de uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (ADAM, 2011, p. 23). Assim, a proposta do autor é analisar o texto pelo viés textual/discursivo, de modo a compreender os sentidos produzidos dentro de um contexto sociodiscursivo em que o texto está inserido.

Nessa perspectiva, Adam (2011) busca pensar o texto e o discurso em novas categorias, situando a LT no campo mais vasto da AD. Segundo Bernardino (2015, p. 43), a “ATD ao se inserir no campo mais vasto da AD, vem trazer o que faltava a uma teoria do texto: um tratamento discursivo de suas categorias, mas sem desvincular-se do material linguístico que concerne à estrutura textual”. A ATD, portanto, busca analisar o texto levando em conta o nível discursivo, sem deixar de lado a estrutura e os aspectos linguísticos que o compõem.

Dessa maneira, entendemos que a ATD articula a LT e a AD, buscando aproximar o texto e o discurso no campo dos estudos linguísticos. De acordo com Queiroz (2013),



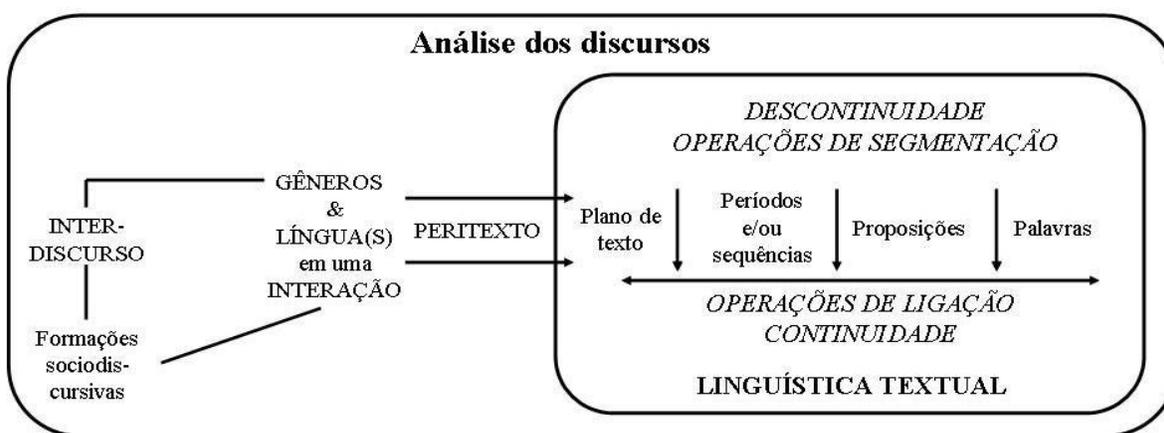


[...] a aproximação que a ATD faz da LT e da Análise do Discurso se destina a encontrar e construir um pressuposto que dê conta ao mesmo tempo, da análise linguística e discursiva dos textos, analisando e refletindo a materialidade textual em conjunto com as condições socioculturais e políticas em que o texto é construído e adquire sentidos (p. 23).

Entendemos a necessidade dessa articulação entre texto e discurso no intuito de compreender os aspectos linguístico-discursivos empregados no texto, analisando a materialidade linguística a partir de uma perspectiva sociocultural, política e discursiva.

Apresentamos o esquema elaborado por Adam (2011) para apresentar e demonstrar as relações estabelecidas entre LT e AD.

Figura 1: Esquema 3 – Determinações textuais “ascendentes” e regulares “descendentes”



Fonte: Adam (2011, p. 43).

O esquema apresenta a relação entre LT e AD. Adam (2011) afirma que o texto é construído a partir das regulações “ascendentes e descendentes”, ou seja, no processo de constituição do texto, devem-se considerar as relações internas e externas que o constituem e a forma como essas relações se articulam neste processo de construção.

Adam (2011) chama de determinações “ascendentes” os elementos textuais pertencentes à categoria da língua, desde as palavras até o seu plano textual. Esses elementos textuais regem os encadeamentos de proposição no sistema que constitui a unidade texto. Já as regulações “descendentes” referem-se às situações de interação nos lugares sociais, nas línguas e nos gêneros dos enunciados, sendo que esses elementos são objetos da análise de discurso.

Assim, concordamos com Queiroz (2013, p. 24) quando afirma que Adam (2011) “distribui os elementos linguístico-discursivos na figura para permitir a compreensão de que os elementos textuais à direita estão como um subdomínio da Análise do Discurso”. Com base no esquema, percebemos

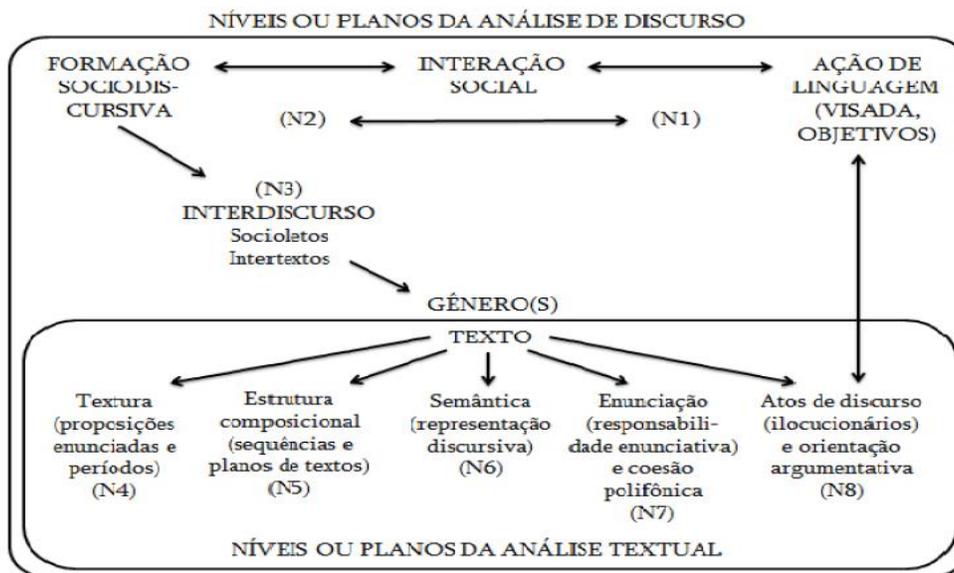
que a LT se encontra integrada à AD, sendo o texto constituído a partir da interação em uma situação sociodiscursiva.

De acordo com Queiroz (2013, p. 24), “a união dos dois lados (direito e esquerdo) dá origem à Análise Textual dos Discursos, a qual passa a entender os elementos linguísticos do texto integrados aos fenômenos do campo discursivo”. Nesse sentido, os textos são produzidos com base em uma interação sociodiscursiva, em que os sujeitos partilham e discutem uma determinada ação de acordo com as suas formações discursivas, levando em consideração aspectos culturais, sociais e linguísticos.

No processo de produção de um texto, os fatores externos influenciam na sua construção, sendo que o locutor, ao produzir o seu texto sobre um determinado assunto, procura adequá-lo aos seus alocutários. Dessa forma, é feita uma seleção pelo locutor, desde as palavras até as unidades maiores, como períodos e seqüências que constituem o plano de texto, para que o alocutário possa construir os sentidos no/do texto pretendido.

Adam (2011) elabora ainda o esquema 4, conforme segue, que descreve e amplia as categorias do esquema 3, reforçando a relação entre os campos da LT e da AD.

Figura 2: Esquema 4 – Níveis ou planos do texto e do discurso



Fonte: Adam (2011, p. 61).

A figura 2 apresenta uma visão da relação entre o texto e o discurso, em que coloca o texto fazendo parte das práticas discursivas. Queiroz (2013) observa que Adam (2011) reúne nesse esquema o que ele denomina de categorias de análise textual-discursiva. Pela forma de organização do esquema, percebemos que os elementos do quadro maior são do nível do discurso e englobam os elementos do



nível do texto. Em relação à disposição do esquema, encontramos, no Nível 1 (N1), a ação visada – os objetivos pretendidos com o texto: o locutor, ao produzir seu texto, tem um objetivo que pretende alcançar, seja denunciar algo, relatar um problema, justificar um ato, defender-se de uma acusação, entre outros. Esse objetivo é o norteador da prática comunicativa, sendo que, ao produzir um texto e/ou discurso, teremos sempre um propósito a ser atingido, uma vez que ninguém se comunica aleatoriamente.

O locutor, ao elaborar o seu texto, encontra-se em uma situação de interação social, Nível 2 (N2), de modo que o discurso só pode ser efetivado quando se tem um outro a quem o locutor dirigirá a palavra, comunicando-lhe algo sobre um determinado assunto em um contexto sociointerativo específico. A situação de interação em que o texto é produzido é de grande relevância na construção do sentido.

O Nível 3 (N3) contempla o interdiscurso, o intertexto e os socioletos que perpassam os textos. Nesse sentido, como aponta Adam (2011), toda ação de uso da linguagem ocorre em um espaço de interação social por parte dos interlocutores, em uma dada formação sociodiscursiva, sendo materializada e concretizada no texto, intermediada por gêneros discursivos.

Os níveis de análise textual apresentam os elementos constitutivos desde os aspectos estruturais do texto, as proposições, os períodos e as sequências que formam o plano de texto até os elementos semânticos, enunciativos e pragmáticos. De acordo com Rodrigues *et al.* (2010), os níveis 4 e 5 (proposições, períodos, sequências e planos do texto) remetem diretamente à textura/composicionalidade do texto, ou seja, à sua estruturação interna, desde as unidades menores que se juntam a outras, formando as sequências, até formarem o plano textual. Já os níveis 6, 7 e 8 (representação discursiva, responsabilidade enunciativa e valor ilocucionário) constituem as categorias semântico-pragmáticas que são distribuídas ao longo do texto, podendo aparecer no início, meio e fim, bem como podem aparecer diluídas no texto de forma não linear.

Nesse sentido, Rodrigues *et al.* (2010, p. 152) apresentam os principais níveis de análise propostos pela ATD, no campo da análise textual, a saber:

Um nível **sequencial-composicional** em que os enunciados elementares (a proposição-enunciado ou proposição enunciada) se organizam em períodos, que comporão as sequências. Um nível **enunciativo**, baseado na noção de responsabilidade enunciativa, que corresponde às “vozes” do texto, à sua polifonia. Um nível **semântico**, apoiado na noção da representação discursiva e em noções conexas (anáforas, correferências, isotopias, colocações), que remetem ao conteúdo referencial do texto. Um nível **argumentativo**, embasado nos atos de discurso realizados e na sua contribuição para a orientação argumentativa do texto (grifos nossos).





Em nosso trabalho, detemos-nos ao nível semântico do texto, em que se aborda a noção de Rd. Buscamos analisar, portanto, como os sentidos são construídos ao longo do texto e como são representados pelos locutores dentro do contexto de uso da linguagem, seguindo uma orientação argumentativa de construção dos enunciados.

2.1 Representação discursiva (Rd)

A Representação discursiva (Rd) se constitui como uma categoria semântica do texto e está localizada no nível 6 (N6) do esquema 4. De acordo com Adam (2011, p. 113), “[...] a atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável”.

Desse modo, concordamos com Rodrigues *et al.* (2010, p. 173), ao afirmarem que “todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados”. Assim, o texto como uma manifestação e concretização da linguagem, a partir dos elementos linguístico-discursivos, traz uma representação do locutor, do alocutário e do tema tratado.

A Rd pode ser expressa por meio de uma proposição-enunciado, como unidade mínima de análise, bem como por um conjunto maior de proposições-enunciados que formam o plano textual. Adam (2011) afirma que

[...] esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal, mas, de um ponto de vista semântico, uma proposição pode, muito bem, reduzir-se a um nome e um adjetivo (p. 113).

Uma representação pode, assim, ser reduzida a um nome e um adjetivo, sendo que esse nome situa o objeto no mundo, de forma a ganhar um significado no texto. Assim, é possível analisarmos uma Rd a partir de elementos referenciais presentes na materialidade textual.

Adam (2011, p. 115) apresenta o texto como sendo uma representação de mundo ao declarar que “o texto é, ao mesmo tempo, uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalinguística”. O texto é, então, visto como uma proposição que apresenta Rd. Por meio da linguagem, os sujeitos são capazes de representar as coisas a sua volta, bem como de interpretar a linguagem a partir de sua relação com os acontecimentos históricos e discursivos.



Nessa perspectiva, a Rd de si revela a imagem projetada pelo locutor com base nas escolhas dos enunciados em atos de enunciação, revelando, assim, uma imagem positiva ou negativa, de acordo com as suas intenções e finalidades. Compreendemos, portanto, que a imagem de si construída pelo locutor não parte, necessariamente, da apresentação explícita de suas características para formar uma imagem positiva, mas essa imagem vai sendo construída a partir do que está explícito no texto, bem como do que está implícito, não revelado no texto, por isso, a necessidade de fazermos uma análise do co(n)texto, como propõe Adam (2011).

O locutor constrói uma imagem a partir da sua relação com o lugar e o(s) papel(eis) que ele assume, ou seja, o locutor constrói uma imagem de si, bem como a imagem de seu alocutário, em virtude dos objetivos a serem alcançados, levando em consideração seus conhecimentos e suas formações sociodiscursivas.

As categorias de análise da Rd são propostas por Rodrigues *et al.* (2010), tendo como base as discussões realizadas por Adam (2011) para a análise do período descritivo. Desse modo, Rodrigues *et al.* (2012) esclarecem que

[...] as operações de construção identificadas para o período descritivo/sequência descritiva (Adam, 2011a, p. 171-178) podem ser interpretadas como operações de construção das representações discursivas. Com efeito, constata-se que essas operações são transversais a todos os tipos de sequência (i. é, quanto ao seu conteúdo referencial/descritivo) (RODRIGUES *et al.*, 2012, p. 298).

Assim, entendemos que as categorias de construção da Rd pautam-se nas macro-operações descritivas, sendo que elas estão presentes na base de construção de todo texto, contribuindo para o processo de análise de textualização e de construção de sentidos.

Rodrigues *et al.* (2010) propõem, assim, as categorias de nível semântico para a análise de construção das Rd.

Propomos, então, aqui, alguns procedimentos de construção semântica da proposição, com base nas operações que a ATD define para o período/sequência descritiva (ADAM, 2008b, p. 215-224): *tematização* (que reinterpretemos como um caso específico de *referência/referenciação*), *aspectualização* e *relação*. Das operações lógico-discursivas de Grize (1990, 1996), focalizaremos as operações de *predicação* e *localização* espacial e temporal. A *conexão*, também apresentada por Grize, poderá ser incluída à noção de “relação” de Adam. Nossa proposta rearticula e redefine parcialmente essas categorias, conforme nossos propósitos (RODRIGUES *et al.*, 2010, p. 174).

A categoria da referenciação é compreendida pelos interpretantes como toda e qualquer forma de nomeação de um objeto tematizado/retematizado no texto. Essa categoria consiste em designar



e/ou representar os objetos quando se utiliza um termo ou se cria uma situação discursiva referencial. A categoria da predicação diz respeito aos conjuntos de termos usados para dizer algo sobre o referente. Essa categoria compreende os processos e as ações verbais, de acordo com os autores.

A categoria da aspectualização, como propõem Rodrigues *et al.* (2010), é responsável por atribuir qualidades e características tanto aos referentes como às predicções. Neste trabalho, seguimos a proposta de Queiroz (2013), que adota o termo modificação, ao invés do termo aspectualização, por entender que poderia haver uma confusão em relação ao termo aspectualização com a ideia de aspecto verbal, consagrado pela gramática tradicional.

A categoria da comparação é responsável por estabelecer uma relação de comparação entre os objetos descritos no texto. A conexão é a categoria que interliga os enunciados para constituir um sentido do todo, são os conectivos responsáveis por estabelecer uma ligação entre as partes. Por fim, mencionamos a categoria da localização, indispensável no processo de compreensão dos enunciados, sendo que por meio dessa categoria, podemos situar o texto no espaço e no tempo, estabelecendo uma relação com o seu contexto de produção.

Em nossas análises, fazemos uso das categorias semânticas da referenciação, da predicação e da modificação. Essas categorias são identificadas no *corpus* a partir das respostas apresentadas pelo ex-presidente Lula ao responder aos questionamentos feitos pelo juiz no interrogatório. A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento do trabalho, possibilitando-nos analisar o *corpus* e identificarmos as Rd de Lula no interrogatório.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho é fruto da nossa pesquisa de mestrado (SANTANA, 2019) desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ). Na referida pesquisa, investigamos representações discursivas de Lula no interrogatório do caso triplex, tendo como *corpus* o depoimento do ex-presidente.

Neste contexto, portanto, focalizamos na análise da Rd de julgado, por compreendermos tartar-se de uma das Rd bastante significativas no texto, o que nos instiga a discutir no espaço proposto. Dessa forma, a nossa pesquisa está ancorada no âmbito da pesquisa qualitativa. Moraes (2003, p. 191) afirma que “a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informações”. Desse modo, a pesquisa do tipo qualitativa não pretende testar hipóteses no intuito de comprová-las ou refutá-las, mas a sua intenção é compreender e refletir sobre determinados fenômenos que acontecem no texto.





Quanto ao método da pesquisa, fazemos o emprego do método dedutivo, sendo que partimos dos pressupostos estabelecidos na ATD para compreendermos os elementos linguístico-discursivos presentes no texto, de modo a analisar como esses elementos são empregados e quais as suas intenções e os objetivos a serem alcançados.

De acordo com Moraes (2003, p. 197), as categorias na análise textual “podem ser produzidas por diferentes metodologias”, de modo que cada método “apresenta produtos que se caracterizam por diferentes propriedades”. Assim, o autor afirma que o método dedutivo “implica em construir categorias antes mesmo de examinar o *corpus* de textos”, já método indutivo “implica construir as categorias com base nas informações contidas no *corpus*” (MORAES, 2003, p. 197).

Nessa perspectiva, adotamos o método dedutivo conforme propõe Moraes (2003), tendo em vista os pressupostos da ATD e as categorias de construção da Rd. Assim, nos é possibilitado aplicarmos a teoria na análise do *corpus*, o que leva a compreendermos como os elementos-linguísticos distribuídos ao longo do texto, contribuem no processo de construção da Rd do locutor, do alocutário e do tema tratado.

Na execução da pesquisa, adotamos o exercício da descrição e interpretação, em que, a partir dos dados do *corpus*, descrevemos e analisamos os elementos linguístico-discursivos empregados no texto, possibilitando a construção das Rd de si.

De acordo com Moraes (2003), toda leitura e análise de texto é uma interpretação; nesse sentido, o autor argumenta que, no contexto da análise textual,

[...] interpretar é construir novos sentidos e compreensões afastando-se do imediato e exercitando uma abstração em relação às formas mais imediatas de leitura de significados de um conjunto de textos. Interpretar é um exercício de construir e de expressar uma compreensão mais aprofundada, indo além da expressão de construções obtidas dos textos e de um exercício meramente descritivo (MORAES, 2003, p. 204).

Interpretar, no entanto, é ir além do que está presente no cotexto, é buscar no co(n)texto elementos que nos possibilitem fazer uma análise profunda e consistente, interpretando os sentidos do texto com base em fundamentos teóricos que embasam a pesquisa.

A seguir, passamos a analisar as Rd de Lula enquanto julgado. Essas Rd se fazem presentes no texto, tendo em vista que o locutor afirma ter sofrido um julgamento político, que não cometeu crime para ser julgado pelo Código Penal.



4 LULA E AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE SI ENQUANTO JULGADO

As nossas análises partem das respostas apresentadas pelo ex-presidente no interrogatório prestado ao então juiz Sérgio Moro no caso do triplex. O interrogatório tem relevância no contexto do processo por ser o único momento em que o juiz ouve diretamente o réu, sendo possível a formulação de questões que sirvam de fundamento para uma decisão posterior pela parte julgadora.

O Código de Processo Penal (CPP) prevê a realização do interrogatório para ouvir o acusado, mesmo em situações em que o réu opte por manter o silêncio sobre os fatos do processo. A não realização do ato interrogatório gera a nulidade do processo, conforme disposto no art. 564, III, *e*. do CPP. Portanto, é um direito do réu ser ouvido no processo; essa etapa deve ser seguida e respeitada, possibilitando a ampla defesa do acusado.

Na análise do texto, foi possível interpretarmos a construção da Rd de si enquanto julgado, ou seja, através dos elementos linguístico-discursivos empregados, percebemos uma cadeia referencial construída pelo locutor condicionando a sua situação de julgado sob duas vertentes: julgado pela justiça e julgado pelo povo brasileiro.

Em sua fala, o locutor deixa transparecer que o processo ao qual está submetido não está julgando o Lula enquanto pessoa física que cometeu um crime, mas está julgando o Lula enquanto presidente e os seus atos durante o governo. Vejamos o excerto:

Excerto 1:

(L. 820-826) - Sabe? Aquilo é uma caçamba onde cabe tudo, **aquele Power Point, doutor, não está julgando Lula pessoa física ou pessoa jurídica, está julgando Lula presidente da república, e isso eu quero discutir.**

(L. 1837-1859) - De uma acusação feita pelo Ministério Público, porque o que eu estou percebendo desde que foi criado o tal do contexto da caçamba feita pelo Ministério Público na questão do Power Point, **quem está sendo julgado é um estilo de governar, é um jeito de governar**, se as pessoas que estão fazendo essa denúncia querem saber como se governa eles têm que sair do Ministério Público, entrar num partido político, disputar as eleições, ganhar, para eles saberem como é que se governa, governar democraticamente com oposição da imprensa, com oposição do sindicato, com direito de greve, fortalecendo o Ministério Público, fortalecendo a polícia federal, fortalecendo todas as instituições de fiscalização desse país, então essas perguntas todas na verdade estão questionando é um jeito de governar.

(L. 1870-1871) - **Está em julgamento o meu governo.**

(L. 1876-1879) - Então é o seguinte, **o que está em julgamento é o meu governo**, depois eu vou explicar porque.

Na proposição-enunciado: “aquele Power Point, doutor, não está julgando Lula pessoa física ou pessoa jurídica, está julgando Lula presidente da república, e isso eu quero discutir”, percebemos



que o locutor faz menção ao *Power Point*³ apresentado no processo que coloca o ex-presidente como maior beneficiário do esquema de divisão de propinas instalado na Petrobrás.

O emprego do referente *Lula pessoa física ou pessoa jurídica*, na proposição, é usado pelo locutor para justificar que o processo não está julgando uma pessoa que cometeu um crime e que deve ser penalizado por isso. Desse modo, o locutor emprega o referente *Lula presidente da República* para afirmar que está em julgamento a pessoa do presidente. Inferimos que o emprego dos dois referentes na proposição é visto como uma forma de o locutor desvincular a sua pessoa em função do cargo por ele ocupado.

Por meio do emprego de verbos na predicação *está julgando*, o locutor descreve a ação que está acontecendo, designando, assim, o julgamento que é realizado do referente *Lula presidente da República*. Por meio do emprego do referente *eu*, o locutor assume a sua voz, afirmando, por meio da predicação *quero discutir*, que pretende demonstrar no interrogatório a maneira como está sendo conduzido o processo.

O locutor apresenta o seu ponto de vista ao afirmar que o que está em julgamento é o seu governo. Esse ponto de vista é confirmado no texto por meio da seguinte proposição-enunciado: “quem está sendo julgado é um estilo de governar, é um jeito de governar”, em que o emprego dos referentes *estilo de governar* e *jeito de governar* expressam uma situação discursiva referencial, sendo que a partir da designação desses referentes é desenvolvida a ação de julgar, como é expresso por meio da locução *está sendo julgado*.

O ponto de vista é, então, reafirmado pelo locutor ao declarar: “*está em julgamento o meu governo*” e “*o que está em julgamento é o meu governo*”. Ao anunciar essas declarações, o locutor segue a orientação argumentativa que vem sendo desenvolvida, no interrogatório, de que o que está sendo julgado não é a pessoa em si, mas está em julgamento o seu governo. A presença da expressão “o meu governo”, empregada nas proposições, marca a voz do locutor, ao assumir a responsabilidade pelo que anuncia.

Portanto, compreendemos que o locutor ao afirmar que está sendo julgado é o seu governo e não a sua pessoa, busca argumentar e construir uma imagem positiva de si, apresentando-se como alguém que não cometeu crime para ser julgado pelo Código Penal.

Como anunciamos no início dessa seção, o locutor é condicionado à ação de julgado sob duas vertentes: julgado pela justiça e julgado pelo povo. Assim, passamos a analisar a Rd de si enquanto julgado pelo povo. Essa Rd faz-se presente no texto, em virtude de o ex-presidente enfatizar, em seus

³ Elaborado pelos procuradores do Ministério Público Federal (MPF) de Curitiba, anexado à denúncia apresentada contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.





argumentos, os seus feitos enquanto esteve no governo, tendo reflexos diretos na vida do povo brasileiro. Vejamos o excerto apresentado a seguir.

Excerto 2:

(L. 2380-2416) - Eu quero só dizer uma coisa, doutor, eu na verdade gostaria, tenho horas e horas para falar sobre esse assunto, mas uma coisa que é importante ter claro é o seguinte, isso já passou, **eu já fui julgado três vezes pelo povo brasileiro**, o senhor se lembra como é que foi a campanha de 2006? A campanha de 2006, eu era triturado a cada debate na televisão sobre a corrupção, eu fui eleito com 62% dos votos, quando terminou o meu mandato em outubro de 2010, quando a gente elegeu a presidenta Dilma, foi a outra provação minha, mas em setembro, doutor Moro, eu alcancei 87% de bom e ótimo nas pesquisas de opinião pública, 10 de regular e apenas 3 de ruim, péssimo, que deve ter sido no gabinete do comitê dos tucanos, ou seja, então **já fui julgado muitas vezes pelos meus gestos administrativos, eu não posso ser julgado pelo código de processo penal numa coisa que eu fui julgado politicamente**, 10 anos, 12 anos depois ficar respondendo uma coisa que foi transitada em julgado, que foi uma decisão, não é de uma primeira instância, de uma segunda, que vale tanto, mas a suprema corte, depois de 12 anos, demorou 7 anos para ser julgado, e isso foi julgado, doutor, no meio da eleição de 2012 e nós ganhamos a eleição em São Paulo, então eu acho que eu já fui julgado tanto por isso...

(L. 2419-2431) - Doutor, doutor, eu não estou sendo julgado pela minha relação com qualquer subordinado, eu não estou sendo julgado por isso, a relação é de cada um, a sua relação com o seu pessoal obviamente que é sua, a do advogado é dele, a minha é minha, **quando um político comete um erro ele é julgado pelo povo, ele não é julgado pelo processo de código penal, ele é julgado pelo povo, e eu fui julgado várias vezes pelo povo.**

Na proposição-enunciado: “[...] eu já fui julgado três vezes pelo povo brasileiro”, o locutor faz referência ao julgamento realizado pelo povo, ou seja, ele considera ter sido julgado várias vezes pelo povo brasileiro por meio do processo eleitoral. Pelo co(n)texto, compreendemos que o julgamento realizado pelo povo livra o locutor de qualquer tipo de culpa, sendo que, para ele, não importa o julgamento da justiça, mas, sim, o julgamento realizado pelo povo.

O emprego do referente *eu*, designa o sujeito da ação expressa na proposição. Por meio desse referente, o locutor assume a sua voz afirmando ter sido julgado. Verificamos o emprego da predicação *fui julgado*, indicando uma ação concluída, sendo a predicação antecedida pelo verbo *fui* (empregado no pretérito perfeito do indicativo); esses verbos são empregados no texto para descrever uma ação ocorrida e concluída no momento da fala do locutor. A ação descrita é realizada pelo referente *povo brasileiro*; sendo assim, o locutor sustenta o seu ponto de vista ao se colocar na condição de julgado pelo povo.

Dessa maneira, o locutor segue uma orientação argumentativa em torno dessa Rd. Ele mostra ter sido julgado por seus atos administrativos, não podendo ser julgado por esses mesmos atos pelo Código de Processo Penal, como exposto na proposição-enunciado: “já fui julgado muitas vezes pelos meus gestos administrativos, eu não posso ser julgado pelo código de processo penal numa coisa que eu fui julgado politicamente, [...]”. Verificamos, na proposição, mais uma vez, o emprego da predicação *fui julgado* referindo-se a uma ação concluída, à qual o locutor foi submetido. A ação descrita sustenta



o ponto de vista anunciado pelo locutor de que está sendo julgado, no processo, os seus atos administrativos, enquanto estava à frente da Presidência da República. Nesse sentido, ele reafirma por meio do emprego dos verbos da predicação *posso ser*, precedidos do modificador da predicação *não*, apresentando-se impossibilitado de ser julgado juridicamente.

Por fim, na proposição-enunciado: “[...] quando um político comete um erro ele é julgado pelo povo, ele não é julgado pelo processo de código penal, ele é julgado pelo povo, e eu fui julgado politicamente várias vezes pelo povo”. Na proposição, o locutor apresenta um ponto de vista ao anunciar que, quando um político comete um erro, é julgado pelo povo, não pelo Código Penal. Inferimos que o locutor busca, por meio desse ponto de vista, reafirmar a sua posição de que não pode ser julgado pela justiça. O referente *um político* é empregado no texto de forma generalizada, afirmando que o político deve ser julgado pelo povo. Desse modo, o locutor coloca-se nessa condição, enquanto político, devendo ser submetido ao julgamento da população. De fato, ele afirma já ter sido julgado pelo povo como exposto na proposição: “eu fui julgado politicamente várias vezes pelo povo”, reafirmando o ponto de vista apresentado.

Assim, a Rd de julgado aparece no texto, sendo que o locutor se apresenta submetido a dois julgamentos: um julgamento feito pela justiça e outro realizado pelo povo. Essas Rd, portanto, são construídas a partir do emprego dos elementos linguístico-discursivos utilizados pelo locutor ao desenvolver a argumentação das suas respostas no interrogatório, apresentando-se como alguém que já passou pelo processo de julgamento pelo povo brasileiro e isto é o que importa para ele. Desse modo, não cabe ao juiz fazer o julgamento dos seus atos administrativos durante o seu governo e que, portanto, não cometeu crime para ser julgado penalmente.

A seguir, apresentamos o quadro resumo que reúne as categorias semânticas e os elementos linguístico-discursivos encontrados no texto, possibilitando, por meio deles, interpretarmos a construção da Rd de si enquanto julgado.

Quadro 1: Categorias da Rd de Julgado

RD DE JULGADO		
Categoria da referência	Categoria da predicação	Categoria da modificação
Lula pessoa física ou pessoa jurídica Lula presidente da República Eu Estilo de governar Jeito de governar Povo brasileiro Um político	Está julgando Quero discutir Está sendo julgado Fui julgado Posso ser	Não

Fonte: Dados da pesquisa





Por meio desse quadro, temos uma visão das categorias semânticas acionadas na construção da Rd de si enquanto julgado. Essa Rd é significativa no texto, tendo em vista que o locutor argumenta em suas respostas não ter cometido crime e que está sofrendo um processo político, uma vez que tal processo traz danos e impedimentos a sua carreira política.

O texto, portanto, nos possibilita fazer uma análise das Rd de si a partir das respostas apresentadas pelo ex-presidente Lula no interrogatório, o que proporciona a projeção positiva do locutor diante das acusações que são apresentadas. Tendo, pois, realizadas análise do *corpus*, passamos para as nossas considerações finais, o que não significa que a pesquisa acerca da categoria da Rd termina por aqui, outros estudos estão em desenvolvimento em nossa pesquisa de doutoramento.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as Rd de si enquanto julgado construídas pelo ex-presidente Lula no interrogatório do triplex. Foi possível identificarmos e analisarmos essas Rd a partir dos elementos linguístico-discursivos empregados no texto. Ao argumentar as suas respostas, o locutor apresenta seu ponto de vista em relação ao processo ao qual estava submetido.

O ex-presidente argumenta que não cometeu crime algum para ser submetido ao julgamento pelo processo penal, sendo inocente de qualquer acusação apresentada na denúncia. O locutor, portanto, segue uma orientação argumentativa em suas respostas afirmando está submetido a um processo político e o que está em julgamento são os seus atos administrativos.

O locutor argumenta, ainda, que já foi julgado politicamente pelo povo, por isso, não precisa de outro julgamento, pois o povo tem o poder de julgá-lo por seus atos políticos. Assim, percebemos que o locutor, ao seguir essa orientação argumentativa em suas respostas, busca mostrar a sua inocência, não sendo considerado como alguém que cometeu um crime e que deve ser condenado por isso.

Compreendemos, a partir da nossa análise, que as Rd de julgado são construídas de forma intencional, pois mediante o co(n)texto, entendemos que essas Rd buscam apresentar a inocência do ex-presidente Lula, considerando-o submetido a um julgamento dos seus atos políticos.

Ao concluirmos o presente artigo, percebemos que, por meio do texto, é possível analisarmos as Rd construídas em situação de interação concreta de uso da linguagem, de modo que o locutor, por meio dos elementos linguístico-discursivos utilizados em suas respostas, constrói Rd de si. Por fim, alcançamos o objetivo pretendido, contribuindo com os estudos do texto, principalmente o que se refere à categoria semântica da Rd.



REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues; João Gomes da S. Neto; Luis Passeggi e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, W. M.; QUEIROZ, M. E. Povo brasileiro: representações discursivas no discurso da presidenta Dilma Rousseff. **Diálogo das Letras**, v. 05, n. 01, p. 82-96, jan./jun. 2016.

BERNARDINO, R. A. dos S. **A responsabilidade enunciativa em artigo científico de pesquisadores iniciantes e contribuições para o ensino de produção textual na graduação**. 2015. 286f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

BRASIL. Justiça Federal. **Transcrição do interrogatório de Luiz Inácio Lula da Silva**. Curitiba, PR: 13ª Vara Federal de Curitiba. Disponível em: <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>. Acesso em: 22 set. 2017.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v.9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NETA, A. B. de O.; QUEIROZ, M. E. de. Representações discursivas de Dilma Rousseff: discurso de defesa do *impeachment*. **Diálogo das Letras**, v. 8, n. 3. P. 42-59, set./dez. 2019.

QUEIROZ, M. E. de. **As representações discursivas do locutor e dos alocutários no discurso político de renúncia (Antonio Carlos Magalhães)**. 2013. 187f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

RODRIGUES, M. das G. S. *et al.* A carta-testamento de Getúlio Vargas (1882-1954): genericidade e organização textual do discurso político. **Filologia e linguística portuguesa**, v. 14, n. 2, p. 285-307, 2012.

RODRIGUES, M. das G. S. *et al.* “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. *In*: ADAM, J. M.; HEIDEMANN, U.; MAIGUENEAU, D. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTANA, J. M. **Representações discursivas de Lula no interrogatório do caso triplex**. 2019. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2019.

Artigo recebido em: 27/07/2022

Artigo aprovado em: 22/11/2022

Artigo publicado em: 29/12/2022

COMO CITAR

SANTANA, J. M.; QUEIROZ, M. E. “Eu já fui julgado três vezes pelo povo brasileiro”: Lula e as representações discursivas de si no interrogatório do triplex. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-16, e02225, 2022.

